



OBSERVADOR RURAL

Nº 134

Fevereiro 2023

**DESLOCAÇÕES FORÇADAS E AUMENTO DA
PRESSÃO SOBRE O GARIMPO EM NAMANHUMBIR**

Jerry Maquenzi e João Feijó

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

DESLOCAÇÕES FORÇADAS E AUMENTO DA PRESSÃO SOBRE O GARIMPO EM NAMANHUMBIR

Jerry Maquenzi e João Feijó

RESUMO

Em início de 2017, uma operação concertada de vários ramos da polícia de Moçambique foi responsável pela expulsão de milhares de indivíduos do posto administrativo de Namanhumbir, directa ou indirectamente, envolvidos na mineração artesanal. A violência que envolveu este processo foi geradora de sentimentos de descontentamento na juventude, habilmente capitalizados por grupos violentos. Em Outubro de 2017 iniciou um conflito armado no Nordeste de Cabo Delgado, responsável pela deslocação de centenas de milhares de pessoas, agravando os níveis de pobreza na província. Este estudo demonstra que os centros de acolhimento de deslocados em Montepuez foram concentrados a Oeste e Sul do distrito, proporcionando uma maior proximidade em relação a serviços públicos mas, também, desviando as populações das áreas de mineração de Namanhumbir e Nairoto. Ainda que em menor número, no posto administrativo de Namanhumbir não deixaram de se concentrar populações deslocadas. As operações de expulsão de milhares de indivíduos de Namanhumbir acabaram por exercer um efeito de ricochete sobre o distrito, traduzindo-se na chegada de milhares de indivíduos fugidos da guerra.

Através da aplicação de questionários, entrevistas e grupos focais, o estudo revela dificuldades de acesso a terrenos agrícolas e conseqüente insegurança alimentar e dependência de ajuda externa. Neste contexto, aumentou a pressão sobre o garimpo, praticado por centenas de jovens em situação de vulnerabilidade e fomentados por comerciantes ilegais, em conluio com agentes da autoridade. O investimento em complexos sistemas de segurança por parte da Montepuez Ruby Mining tende a ser contornado por práticas de suborno de agentes da segurança, demonstrando que o sistema de exploração de recursos naturais não garante a sustentabilidade social da região.

Palavras-chave: Conflito armado, Deslocações forçadas, Mineração artesanal, Namanhumbir.

INTRODUÇÃO

A província de Cabo Delgado é rica em recursos naturais, mas apresenta uma das mais elevadas taxas de pobreza em Moçambique. A agricultura constitui a actividade económica predominante na província, envolvendo cerca de 82% da população (INE, 2017). Nos últimos anos, a província vem assistindo a grandes investimentos nos sectores de hidrocarbonetos e mineração. No entanto, persistem fenómenos de exclusão socioeconómica geradores de conflitualidades sociais. Entre os anos de 2012 e 2020, assistiu-se a uma grande conflitualidade social no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado, particularmente no posto administrativo de Namanhumbir, em resultado da extracção ilegal de recursos minerais. Foi neste posto administrativo que, em Março de 2017, milhares de garimpeiros ilegais foram expulsos da mina de rubis pertencente à Montepuez Ruby Mining.

Em Outubro de 2017, iniciaram os primeiros ataques protagonizados por um grupo armado, localmente designado de machababos, que se traduziram em enormes vagas de deslocados internos. De acordo com dados da Organização Internacional das Migrações (OIM), de Março de 2022, estes ataques foram responsáveis pela deslocação de 784.564 pessoas, a maioria das quais concentradas no eixo Pemba-Montepuez (Pemba-Cidade, Metuge, Ancuabe e Montepuez), mas também no Noroeste da província, no distrito de Mueda, e a sul de Cabo Delgado, no distrito de Chiúre. De acordo com os dados da OIM, o distrito de Montepuez ocupava o sexto lugar com maior número de deslocados internos. As vagas de deslocados para o distrito de Montepuez traduziram-se num aumento da pressão sobre o garimpo, num cenário de insegurança alimentar e de ausência de alternativas. Os mesmos dados revelam que, em Março de 2022, 7% da população deslocada para o distrito de Montepuez foi reassentada no posto administrativo de Namanhumbir, que dista a 30 km da sede distrital.

Este estudo prossegue três objectivos. Primeiro, pretende-se caracterizar a população deslocada em virtude do conflito armado e reassentada no posto administrativo de Namanhumbir. Segundo, pretende-se analisar a pressão das populações deslocadas sobre a mineração ilegal. Por fim, pretende-se descrever a complexa relação entre as forças de segurança da empresa e os mineradores artesanais, também designados por garimpeiros ilegais ao longo deste texto

1. A PROLIFERAÇÃO DO GARIMPO ILEGAL NUM CONTEXTO DE FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO: SOBREVIVÊNCIA DE MUITAS FAMÍLIAS E CONFLITUALIDADE

Moçambique dispõem de importantes depósitos de recursos minerais, desde ouro, diamantes, grafite, rubis e outras pedras preciosas. A exploração artesanal destes minerais constitui um fenómeno antigo. Desencadeado por camponeses durante a época seca, como actividade complementar à agricultura, a exploração de ouro no planalto do Zambeze remonta ao séc. XI (Newitt, 1995: 182), enquadrada, posteriormente, em rotas comerciais no Oceano Índico (Balsan, 1970). Durante o período colonial, a produção mineira chegou a atingir uma escala industrial (Dondeyene *et al.*, 2009: 46). Durante o Estado Novo, a exploração artesanal de ouro tornou-se mais controlada pelas autoridades, ainda que continuasse a ser praticada de forma clandestina. Após a independência, assistiu-se a um aumento do garimpo ilegal, nomeadamente no centro do país, não obstante a permanência de um apertado controlo por parte das autoridades (Júnior *et al.*, 2016). A guerra dos 16 anos teve um impacto na diminuição da mineração, desencadeando a deslocação de muitos garimpeiros para zonas mais seguras. É após o Acordo Geral de Paz (AGP), num cenário de grande fragilidade do Estado e de generalizados fenómenos de pobreza, que se assiste a uma proliferação do fenómeno de garimpo, cada vez com menor controlo por parte das autoridades governamentais (Dondeyene *et al.*, 2009: 46).

Com a entrada no novo milénio, verificou-se uma proliferação de análises sobre a mineração artesanal. A literatura existente permite traçar o perfil dos mineradores artesanais, analisar os empregos criados e impacto nas condições de vida das populações locais, as consequências ambientais, mas também a dimensão dos conflitos entre os actores envolvidos no garimpo, por um lado, e com agentes do Estado e empresas formais, por outro.

O garimpo representa uma alternativa para muitas populações rurais, num cenário em que a agricultura não constitui uma actividade rentável. Trata-se de uma prática que pode envolver centenas, ou até milhares, de indivíduos, frequentemente de forma itinerante, em função das oportunidades, atraindo populações dos distritos e províncias vizinhas, assim como do estrangeiro, com destaque para zimbabwianos e tanzanianos, mas também somalis, malianos, congolezes e nigerianos, entre outros. Os estrangeiros são recorrentemente referidos por não se envolverem em actividades de escavação, funcionando como compradores de minerais (ou apenas intermediários), fazendo as ligações internacionais (Selamane, 2010: 34, Júnior *et al.*, 2016; Maquenzi e Feijó, 2019). O garimpo é gerador de inúmeras actividades económicas complementares, geralmente segmentadas por sexo. Enquanto a escavação, extracção de minérios e serviços de transporte são geralmente realizados por homens, as actividades de fornecimento de água e alimentação e prostituição tendem a ser realizadas por mulheres, envolvendo frequentemente menores (Dondeyne, 2007, 2009; Selemane, 2010).

Os estudos constataram melhorias na vida de algumas famílias envolvidas na mineração, a geração de muitos empregos indirectos (Rantala, 2022), a aquisição de bens de consumo, ainda que seja também responsável pelo aumento de fenómenos de abandono escolar, trabalho infantil e inflação de produtos (Feijó, 2018; Maquenzi, 2019; Rantala, 2022). Em alguns locais, por exemplo, nas províncias de Sofala ou no Sul de Cabo Delgado, foram identificadas modestas iniciativas de responsabilidade social, por parte de organizações de mineradores artesanais, com benefícios para as populações locais (Dondeyene *et al.*, 2009, Rantala, 2022).

As actividades de escavação são frequentemente realizadas sem condições de higiene e segurança, sendo responsáveis por muitos acidentes mortais. Os impactos ambientais do garimpo podem ser significativos. A paisagem altera-se (com grandes covas e quantidades de terra removida), modificando a composição morfológica e química dos terrenos e afectando a fertilidade dos solos. Pelo recurso a mercúrio, a extracção artesanal de ouro é responsável pela contaminação dos ecossistemas (MICOA, 2007). A literatura mostra que a mineração artesanal implementa-se em zonas isoladas, com reduzida presença e controlo do Estado ou de organizações da sociedade civil (Dondeyene *et al.*, 2009; Feijó, 2018; Rantala, 2022). O facto de o garimpo ser frequentemente realizado por indivíduos pouco escolarizados e informados, dificulta a implementação de acções de higiene e segurança ou de protecção ambiental.

O garimpo é frequentemente sinónimo de conflitualidade. Em primeiro lugar, num cenário de ausência das instituições do Estado e de regulamentação, são frequentes os relatos de conflitos entre garimpeiros pela partilha de ganhos (Maquenzi e Feijó, 2019).

Em segundo lugar, não obstante a existência, em muitas zonas, de acordos envolvendo o dono da terra, o dono da mina, por vezes o respectivo descobridor, e os garimpeiros, envolvendo o pagamento de rendas ou compensações, existem muitos casos de conflitos entre garimpeiros e camponeses proprietários de terrenos, nem sempre compensados pelos danos provados (Selemane, 2010: 34; Júnior *et al.*, 2016, Maquenzi e Feijó, 2019; Rantala e Ali, 2022).

Em terceiro lugar, constata-se muitos conflitos entre garimpeiros e agentes da polícia, acusados de violência e extorsão de valores e dificuldades de acesso à justiça para questões de violação de direitos humanos (Feijó e Maquenzi, 2019, Rantala e Ali, 2022). Em distritos de forte presença de garimpo, como Montepuez, entre a população prisional estão sobre-representados mineradores ilegais e respectivos compradores capturados pela polícia ou agentes das empresas

concessionadas. Na província do Niassa estão documentados fenómenos de corrupção ligada à presença de militares e ataques a compradores de ouro a caminho da Tanzânia (Rantala, 2022).

Em quarto lugar, as análises demonstram que a convivência entre garimpeiros do centro e Norte do país e as grandes empresas mineradoras que operam no local não é pacífica. Nas áreas ocupadas por elites nacionais, com maior capacidade de influência a nível central e frequentemente em parceria com empresas multinacionais¹, constatam-se dificuldades de obtenção de senhas mineiras ou de atribuição de áreas de exploração, não obstante esta possibilidade estar prevista na Lei de Minas. Essa dificuldade é agravada quando os requerentes de senha mineira são conotados com partidos da oposição, constatando-se a existência de redes clientelistas dentro do partido no poder (Rantala e Ali, 2022). Rantala e Ali (2022) revelam que, no distrito da Gorongosa, alguns assalariados de organizações mineiras optam pelo garimpo nos períodos pós-laboral, actividade bem mais lucrativa. Por outro lado, proliferam dúvidas acerca da distribuição das receitas oriundas da indústria extractiva pelas populações locais (Feijó e Maquenzi, 2019). Os instrumentos legais para exploração mineira não têm conseguido assegurar a transparência e protecção dos interesses das populações afectadas e pequenos mineradores.

Associada a redes de comércio ilegais, a mineração artesanal não deixa de ser responsável pela fuga de recursos e perda de receitas fiscais para o Estado moçambicano, mas também a riscos de financiamento de grupos armados (Rantala e Ali, 2022). Com o início da insurgência armada, esta suspeita abriu oportunidades para agentes do Estado, mais oportunistas, se envolverem na extorsão de cidadãos.

2. MINERAÇÃO EM MONTEPUEZ – UM LONGO CONFLITO ENTRE GARIMPEIROS ILEGAIS E A MONTEPUEZ RUBY MINING

A partir de 2009 assistiu-se, no posto administrativo de Namanhumbir, ao início de uma exploração desenfreada de recursos minerais (pedras preciosas e semipreciosas), para onde se precipitaram milhares de garimpeiros ilegais, nacionais e estrangeiros. Inicialmente, assistiu-se, naquela região, a uma ausência total do Estado, permitindo a exploração e exportação ilegal dos rubis. Para além da economia nacional ter perdido receitas fiscais, que resultariam da venda desses recursos, a população tornou-se fortemente dependente daquela actividade mineira, abandonando a produção agrícola (Maquenzi, 2019). Em 2009, a exploração dos recursos minerais naquele posto administrativo era exclusivamente efectuada por garimpeiros ilegais, na sua maioria compostos por jovens oriundos das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia, mas também por cidadãos estrangeiros. Essa actividade foi responsável pelo aumento e disponibilização de bens e serviços em Namanhumbir e nas aldeias próximas (transporte de pessoas, arrendamento de casas, confecção de refeições, venda de produtos não-alimentares, prostituição, etc.) gerando rendimentos na população local e atraindo vagas populacionais (Maquenzi e Feijó, 2019).

Em Setembro de 2011, foi formada a Montepuez Ruby Mining (MRM), detentora de licença de exploração, que começou as suas operações em 2012, em acesa competição com os mineradores ilegais. A mineração passou a ser mais controlada, aumentando os fenómenos de violência contra

¹ O Centro de Integridade Pública (Mate, 2021) explica a facilidade de acesso de indivíduos próximos das elites políticas acedem a recursos naturais, em aliança com o grande capital estrangeiro.

os garimpeiros, que actuavam clandestinamente, subornando frequentemente agentes da segurança da empresa e da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Em Junho de 2014, a MRM realizou o seu primeiro leilão de vendas de pedras preciosas em Singapura e arrecadou uma receita correspondente a 33,5 milhões de dólares. Contudo, em 2015 e 2016, em resultado da elevada oferta das pedras preciosas no mercado asiático, resultante de exploração ilegal, assistiu-se a uma diminuição das receitas em cerca de 2,8 milhões de dólares, em 2015, e 2 milhões de dólares, em 2016 (Gemfields, 2021a). Foi neste cenário de quebra de receitas, que se intensificou a repressão sobre os garimpeiros, culminando numa intervenção massiva e concertada de agentes da Unidade de Intervenção Rápida, Polícia da República de Moçambique, Polícia Guarda Fronteira e Fauna Bravia, visando a detenção e expulsão de todos os garimpeiros ilegais que se encontravam dentro ou nas proximidades da área da mineração. De acordo com dados governamentais, o processo culminou com a expulsão de entre 4 e 6 mil garimpeiros ilegais, incluindo repatriamento de cidadãos estrangeiros (Notícias, 21.04.2017; O País, 11.09.2018).

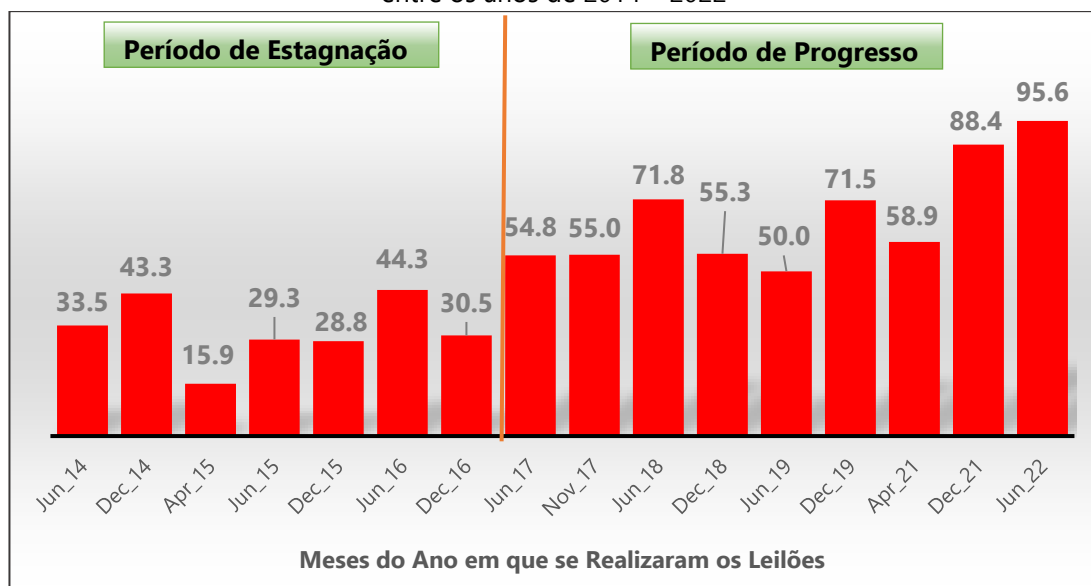
Dados recentes (Gemfields, 2021a; Gemfields, 2022) revelam que, entre 2014 e 2022, a empresa realizou um total 16 leilões, que resultaram em receitas cumulativas de 827,1 milhões de dólares, que se traduziram numa receita fiscal de 134,32 milhões de dólares para o Estado moçambicano (entre 2014 e 2019) e fizeram da MRM o maior contribuinte na província de Cabo Delgado. Em 2020, a empresa não realizou leilões, em virtude da eclosão da pandemia da Covid-19. Nos meses de Março e Abril de 2021, assistiu-se à retoma de leilões em várias cidades, nomeadamente, Bangkok, Dubai e Jaipur, desta vez de forma *online*, resultando na venda de rubis no valor total de 58,9 milhões de dólares. Em Dezembro do mesmo ano a empresa encaixou 88,4 milhões de dólares. Em Junho de 2022, a empresa atingiu níveis recorde, arrecadando 95,6 milhões de dólares (Gemfields, 2022). Como mostra o gráfico 1, durante o conflito armado, as receitas da Montepuez Ruby Mining não pararam de aumentar.

Estes resultados económicos mostram que as acções de combate à mineração ilegal beneficiaram a empresa multinacional (detida em 75% pela Gemfields e 25% pela Mwiriti Lda.²), assim como o Estado Moçambicano (que viu aumentar a sua receita fiscal), mas exerceram um impacto negativo sobre as populações locais. De facto, as populações de Montepuez viram-se privadas de uma actividade económica rentável, ainda que ilícita, que despoletava um conjunto de serviços geradores de empregos, num contexto em que a agricultura não constitui uma actividade rentável. A expulsão de garimpeiros teve impacto sobre inúmeros pequenos negócios locais a reboque do garimpo, aumentando os níveis de desocupação e a pequena criminalidade (Maquenzi e Feijó, 2019). As acções de responsabilidade social da empresa e os 2,75%³ canalizados para as comunidades afectadas não geraram empregos e negócios que compensassem os impactos negativos na microeconomia local. As acções repressivas do Estado no controlo do garimpo tiveram também impacto sobre as redes clandestinas e transnacionais de comércio de pedras preciosas, com tentáculos profundos a nível local, envolvendo compradores e angariadores de pedras e transportadores de minerais para o exterior.

² A Mwiriti Lda. é detida por Raimundo Pachinuapa, antigo combatente da Luta de Libertação Nacional, com 60% da quota, e por Asghar Fakir, com 40% (CIP, 2018).

³ Trata-se de uma taxa de distribuição das receitas fiscais geradas pela indústria extractiva às populações directamente afectadas, referida na Lei nº 20/2014 (Lei de Minas) e anualmente definida na Lei do Orçamento do Estado. Essa taxa tem sido definida, invariavelmente, em 2,75%.

Gráfico 1:
Evolução das vendas totais de rubis na MRM (em milhões de USD)
entre os anos de 2014 – 2022



Fonte: Construção dos autores com base nos dados da Gemfields (2021; 2022)

Sete meses depois da operação de expulsão de garimpeiros em Namanhumbir, a 5 de Outubro de 2017, iniciaram os ataques armados no distrito de Mocímboa da Praia, protagonizados por jovens que apresentavam uma forte atitude anti-Estado, opondo-se ao sistema secular de ensino, assim como ao sistema de justiça, procurando recriar o seu próprio sistema social (Feijó, 2021). No início, os integrantes do grupo eram maioritariamente jovens de Mocímboa da Praia. Os seus líderes tinham ligações com células de grupos fundamentalistas na Tanzânia, Quênia, Somália e região dos Grandes Lagos (Habibe, Forquilha e Pereira, 2019). O grupo demonstrou capacidade de recrutamento de jovens, quer de forma voluntária (explorando o descontentamento local), enganosa (prometendo empregos na pesca ou na mineração, que depois não se concretizavam) ou coerciva (por intermédio do rapto de adolescentes) (Feijó, 2021; Morier-Genoud, 2021). Ao longo do primeiro semestre de 2020, este grupo demonstrou capacidade de ataque, destruição, pilhagem e até ocupou várias vilas sede distritais, nomeadamente Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Muidumbe, aumentando a instabilidade socioeconómica no Nordeste da província. Em Março de 2021, foi atacada a vila sede de Palma, levando a empresa Total a suspender o processo de investimento, com profundo impacto na economia do país.

3. OBJECTIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Este texto tem como objectivo compreender o impacto das deslocações forçadas para o Sul da província de Cabo Delgado sobre a mineração artesanal em Namanhumbir. Em termos específicos, pretende-se: (i) caracterizar a população deslocada em virtude do conflito armado e reassentada no posto administrativo de Namanhumbir; (ii) analisar a pressão das populações deslocadas sobre a mineração ilegal e (iii) descrever a complexa relação entre os mineradores artesanais e as forças de segurança.

Na prossecução deste objectivo, adoptou-se um conjunto de metodologias quantitativas e qualitativas, baseadas na análise de estatísticas dos movimentos migratórios, resultantes do conflito armado; na aplicação de inquéritos por questionário; na realização de grupos focais a garimpeiros em situação de deslocados; e na observação no terreno. Os dados foram recolhidos entre os dias 17 e 30 de Abril de 2022, no posto administrativo de Namanhumbir, nomeadamente nos centros de deslocados situados nos povoados de Ujama (1.724 deslocados) e Nanhupo-B (2.686 deslocados).

Os dados sobre os movimentos migratórios dos deslocados internos foram fornecidos pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), referentes ao mês de Março de 2022. Foram, igualmente, utilizados dados de vendas oficiais de pedras preciosas publicados nos relatórios anuais da MRM e da Gemfields.

A pesquisa iniciou com a aplicação de um inquérito por questionário a populações deslocadas, com o objectivo de aferir as respectivas condições socioeconómicas e estratégias de integração. Foi constituída uma amostra não probabilística de 68 inquéritos por questionário para os dois centros de deslocados. A amostra foi definida com um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 10%.

Da interacção com as populações inquiridas, foram identificados indivíduos deslocados que realizavam actividades de mineração artesanal, que identificaram outros jovens na mesma condição, recrutando-os para formar um grupo focal. Deste processo foram realizados dois grupos focais, compostos por 11 jovens no centro de Ujama e 18 em Nanhupo-B. Desta forma, o grupo foi constituído por indivíduos conhecidos entre si e com a confiança necessária para partilhar a respectiva experiência em grupo. O exercício teve a duração de 30 minutos (em Ujama) e 63 minutos (em Nanhupo B) e permitiu recolher dados sobre a origem geográfica, tipo de actividades que realizavam na zona de origem, apoios recebidos no centro de deslocados e actividades económicas realizadas para além da mineração, assim como dinâmicas de penetração clandestina na mina, aquisição de instrumentos e venda de pedras preciosas.

Simultaneamente, foram entrevistados três compradores informais, que constituíram grupos de garimpeiros que extraíam pedras preciosas a seu favor, assim como 12 garimpeiros residentes em Nanhupo, tendo sido todos eles questionados acerca das condições dos garimpeiros dentro da mina.

A representação gráfica da distribuição da população deslocada foi feita com recurso ao programa de mapeamento ArcGIS.

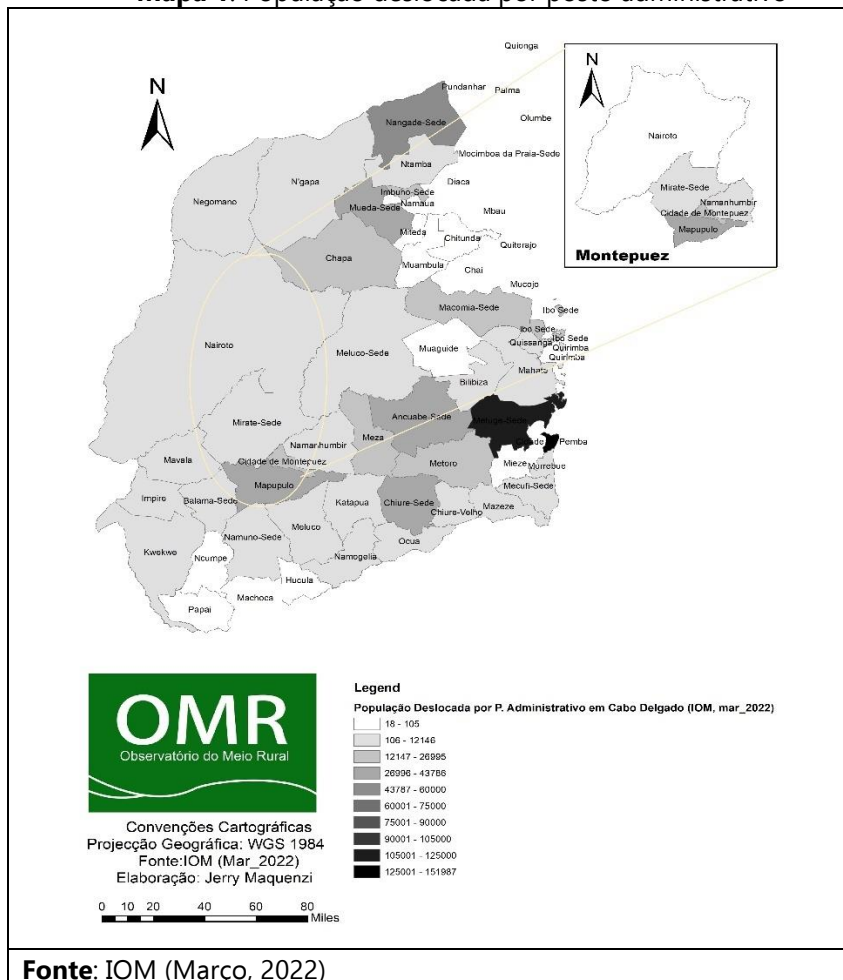
4. O DESTINO DOS DESLOCADOS INTERNOS – EVITANDO A CONCENTRAÇÃO EM ZONAS DE PEDRAS PRECIOSAS

a) A distribuição dos deslocados internos

O conflito armado desencadeou movimentos migratórios para as zonas Sul e Oeste da província. De acordo com dados da OIM, em Março de 2022, o conflito armado havia desalojado mais de 784 mil deslocados, dos quais, 89,57% encontram-se dentro da província de Cabo Delgado: 151.987 na cidade de Pemba (21,63%); 124.036, no distrito de Metuge (17,65%); 84.822, no de Mueda (12,07%); 72.526, em Ancuabe (10,32%); 64.866 em Nangade (9,23%); 63.176 em

Montepuez (8,99%); 48.891 em Chiúre (6,96%); 36.350 no Ibo (5,17%); 23.291 em Macomia (3,31%), 12.125 em Balama (1,73%); 7.011 em Mecúfi (1,00%) 6.857, em Quissanga (0,98%) 3.860, em Namuno (0,55%) 2.752, em Meluco (0,39%) e 185, em Muidumbe (0,03%). O mapa 1 mostra que a maior parte da população deslocada na província se concentrava na região sudeste da província, ao longo do eixo Pemba-Montepuez, e no planalto, em particular nos distritos de Mueda e Nangade.

Mapa 1: População deslocada por posto administrativo



Em Março de 2022, o distrito de Montepuez encontrava-se em sexto lugar em termos de população deslocada. Dentro do distrito de Montepuez, as populações deslocadas concentravam-se a Sul, nomeadamente no posto administrativo de Mapupulo – que absorve mais de metade (54,5%) dessa população – e na sede do distrito (21,0%), e a Oeste, no posto administrativo de Mirate (17,3%). Na zona Este do distrito, onde se concentram os grandes jazigos de pedras preciosas, nomeadamente no posto administrativo de Namanhumbir, registou-se um reduzido afluxo de deslocados (apenas 7,0%) (ver mapa 1). Finalmente, o posto administrativo de Nairoto (0,2%) registou um número residual de deslocados, o que pode estar relacionado com diversos factores: com a proximidade da zona de conflito e existência de condições geográficas (floresta densa) propícias para a penetração da guerrilha; com o isolamento da área, inexistência de infra-estruturas (redes viárias) e serviços públicos, dificuldades de acesso da ajuda humanitária e distância dos mercados; assim como com a presença de empresas de exploração mineira

(Nairoto Resources), pouco interessadas na presença de populações deslocadas e com capacidade de pressão a nível central para evitar a concentração nessa região.

b) Caracterização dos deslocados internos no posto administrativo de Namanhumbir

Nesta subsecção procura-se caracterizar os deslocados internos de Namanhumbir a partir do número de refeições diárias realizadas por cada agregado familiar, as condições de habitação (distinguindo o tipo de material utilizado na cobertura da casa), o acesso à terra para produção, posse de bens duráveis, posse de animais, e o acesso a apoios oferecidos pelas organizações da ajuda humanitária.

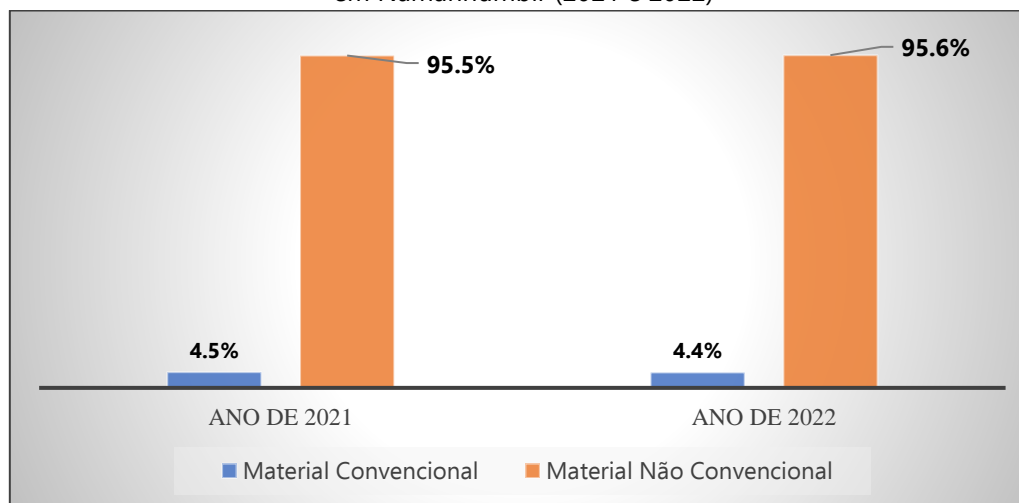
c) Acesso à alimentação (número de refeições diárias)

De acordo com as populações inquiridas, a média de refeições diárias consumidas em Abril de 2021, era de 1,8, tendo aumentado para 2,2 em Abril de 2022.

d) Condições de habitação

Em relação às condições habitacionais, constata-se que a esmagadora maioria (95%) da população deslocada recorre a materiais não-convencionais (capim/colmo) para cobrir a sua residência (gráfico 3), valor bem acima da média provincial antes do conflito (58,4%) (INE, 2017), mas semelhante à generalidade dos centros de deslocados (Feijó *et al.* 2022).

Gráfico 2: Material de cobertura do telhado das residências dos deslocados internos em Namanhumbir (2021 e 2022)



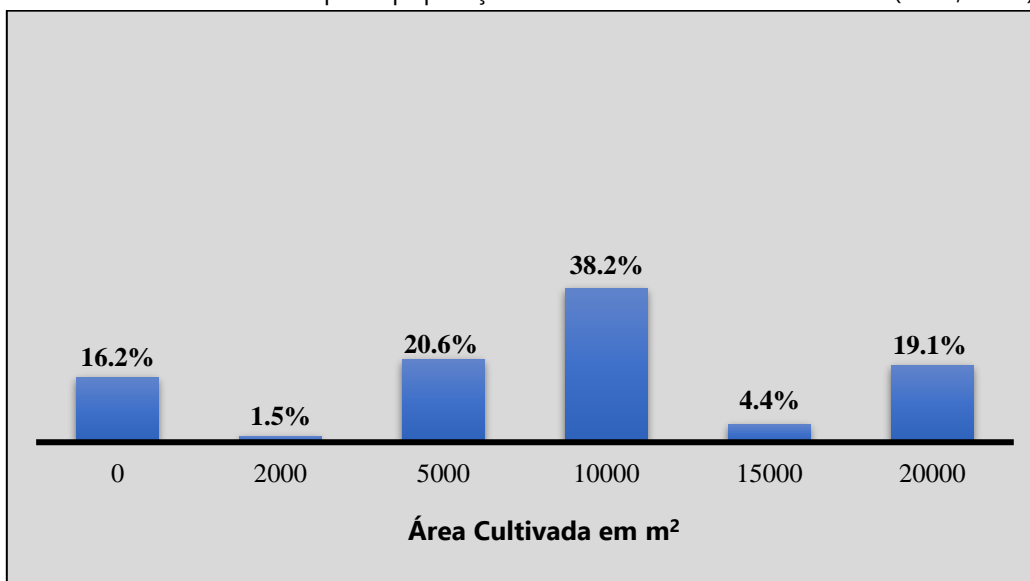
Nos discursos dos jovens entrevistados é evidente a comparação das condições de residência nos locais de destino com os locais de origem, revelando um claro agravamento das condições habitacionais:

"(...) nas nossas zonas deixámos nossas casas, deixámos muitas coisas que conquistámos por muitos anos e, hoje, estamos aqui a dormir nessas palhotas. Quando chove, destroem-se, quer dizer ficamos sem alternativas. Somente vivemos porque fugimos das nossas zonas (...)" (garimpeiro do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

e) Acesso à terra para produção agrícola

Contrariamente a outros centros de deslocados mais densificados – como em Mapupulo (Montepuez) ou Metuge Sede (Feijó *et al.*, 2022), e sem áreas disponíveis, a reduzida concentração populacional nos centros de reassentamento de Ujama e Nanhupo B permitiu que a maioria dos deslocados (61,7%) tivesse acesso a áreas iguais ou superiores a 1 ha. Mas, uma quantidade significativa de famílias deslocadas (38,3%) tem acesso a áreas inferiores a 1 ha, sendo que 16,2% não tem acesso a terra (gráfico 3). No entanto, as áreas disponíveis são claramente inferiores às detidas pelas populações deslocadas nos locais de origem, onde mais de dois terços da população tinha acesso a áreas superiores a 1 ha (Feijó *et al.*, 2022).

Gráfico 3: Área cultivada pelas populações deslocadas em Namanhumbir (Abril, 2022)

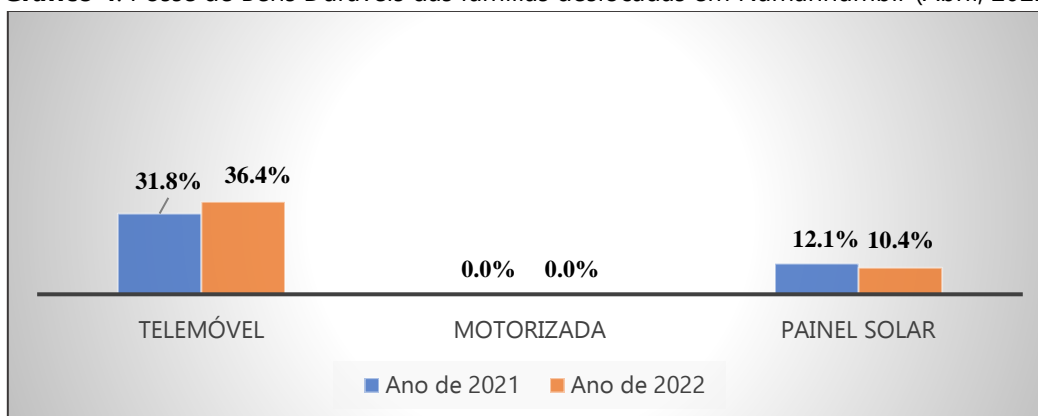


O aumento da procura de terras gerou um mercado de terras, conduzindo as famílias anfitriãs a cobrar valores monetários (variáveis entre 500 e 2.500 meticais) para cedência de terrenos, agravando a situação das famílias deslocadas que não dispunham desses valores.

f) Posse de Bens Duráveis

Pela possibilidade de acesso à comunicação, iluminação e locomoção, permitindo a diminuição do tempo de deslocação e maior acesso a informação, os telemóveis, painéis solares e motorizadas constituem bens duráveis crescentemente procurados pelas populações rurais. Os resultados do inquérito por questionário mostram que cerca de um terço das famílias deslocadas dispõe de telefone, sendo que entre 10,4% e 12,1% têm acesso a painel solar. Nenhuma família deslocada tem acesso a motorizada (gráfico 4). Estes dados são claramente inferiores aos registados antes do conflito, sobretudo quanto a painéis solares (19,2%) (Censo, 2017), ou noutras populações deslocadas nos locais de origem, entre 42,9% e 78,6% (Feijó *et al.*, 2022).

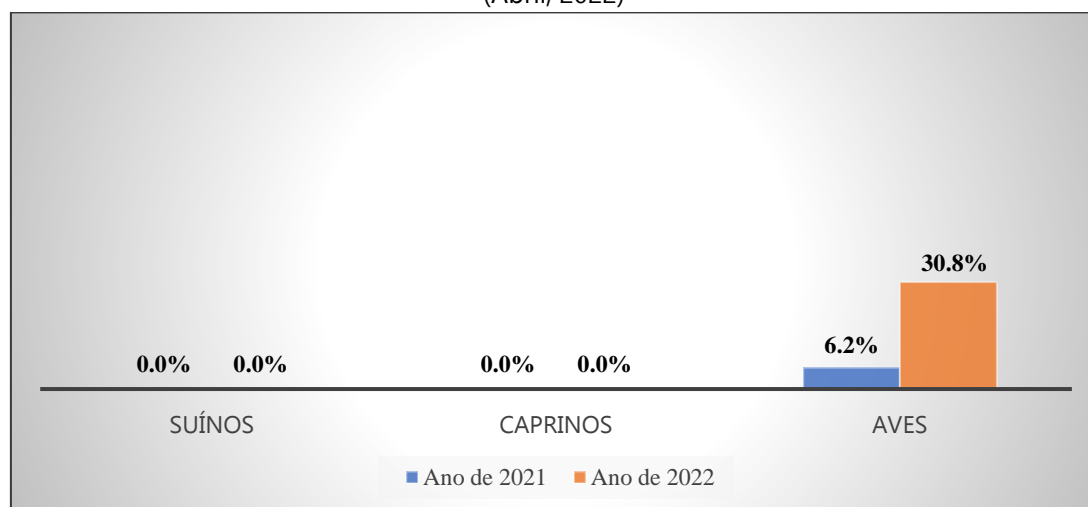
Gráfico 4: Posse de Bens Duráveis das famílias deslocadas em Namanhumbir (Abril, 2022)



g) Posse de animais

Em relação à posse de animais, os resultados mostram que nenhum dos deslocados internos em Namanhumbir cria suínos ou caprinos. Assiste-se a uma tendência de aumento de criadores de aves, aumentando de 6,2% em 2021, para 30,8%, em 2022 (gráfico 5). Comparativamente a outras populações deslocadas em Cabo Delgado - como em Metuge, Chiúre ou no posto administrativo de Mapupulo (em Montepeuz) -, em Namanhumbir verificou-se um maior número de criadores de aves, entre 80% e 95,7% (Feijó *et al.*, 2022).

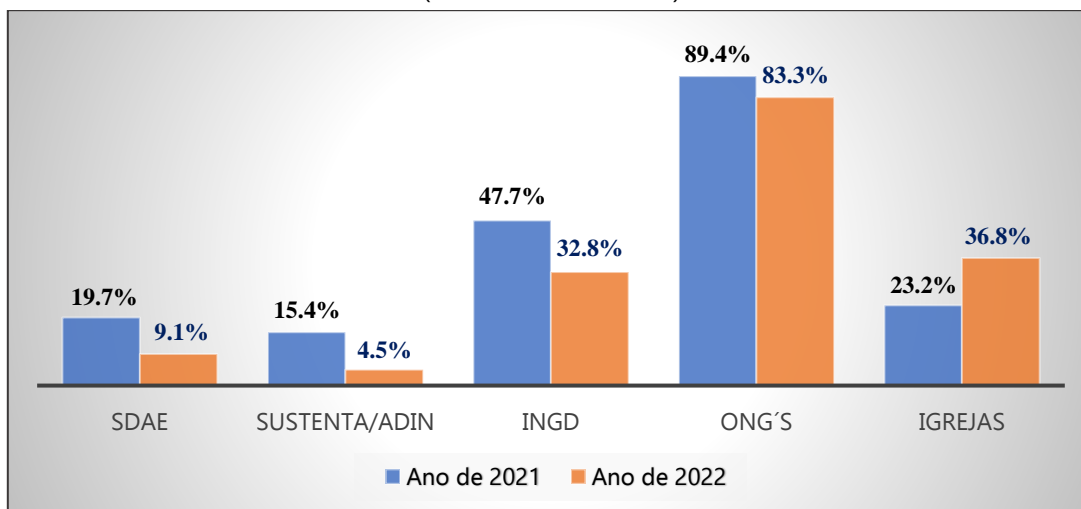
Gráfico 5: Posse de animais por parte das populações deslocadas em Namanhumbir (Abril, 2022)



h) Assistência Humanitária

Perante a falta de capacidade de produção, as populações tornam-se bastante vulneráveis e dependentes de apoios externos, nomeadamente do PMA, mas também, de organizações de apoio humanitário (plástico para cobertura das casas fornecidas pelo INGD, lonas fornecidas pela USAID), mas também alguns insumos agrícolas, oferecidos pelo SDAE e pelo SUSTENTA (gráfico 6).

Gráfico 6: Origem dos apoios recebidos pelas famílias deslocadas, em percentagem (anos de 2021 e 2022)

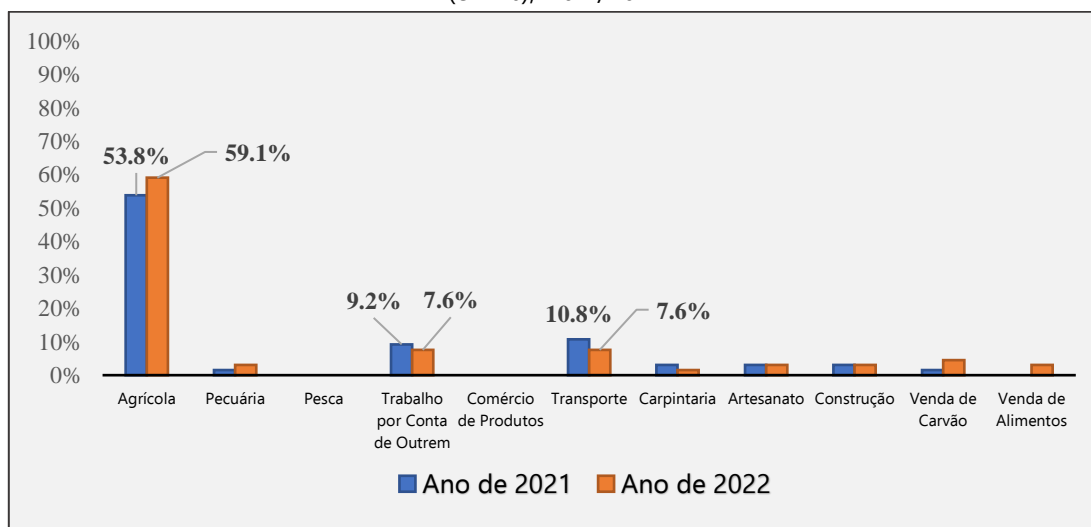


i) A diversificação de actividades económicas e o aumento da pressão sobre o garimpo

• Diversificação de actividades económicas

Os resultados do inquérito por questionário mostram que, no ano de 2021, 53,8% das famílias deslocadas praticavam a agricultura, tendo aumentado para 59,1% em 2022. Como forma de complemento de rendimentos, verificam-se tímidas tentativas de diversificação de actividades económicas, constatando-se actividades pouco expressivas nas áreas de transporte e trabalhos por conta de outrem, de cariz pontual e irregular (gráfico 7).

Gráfico 7: Actividades económicas dos deslocados internos em Namanhumbir (em %), Abril/2022



Perante a irregularidade do apoio alimentar, as famílias procuraram alternativas na extracção de lenha e produção de carvão, na realização de pequenos trabalhos de *ganho-ganho* nas machambas de populações locais e pequeno comércio. Apesar de não declararem nos inquéritos

por questionário, ao longo das entrevistas um grupo de deslocados reconheceu o envolvimento em actividades de garimpo na zona concessionada à MRM, sobretudo nos períodos de maior escassez alimentar. A actividade é realizada sobretudo durante o período chuvoso, quando a floresta fica mais densa, permitindo a camuflagem no interior da mata e contorno dos fiscais, e o solo fica mais húmido, facilitando a escavação:

"(...) Quando chegámos, alguns iam queimar carvão, alguns iam fazer trabalho de ganho-ganho e, depois, chegou essa agente [do PMA] que nos dá apoio. Por exemplo, em 2020, quando cheguei, antes de ir ao mato [fazer garimpo]... temos aqui burundienses que têm machambas de hortaliças.. ia lá fazer canteiros, cortar capim. Me mandavam cavar poço" (Deslocado no centro de reassentamento Nanhupo-B).

"(...) Ficámos muito tempo a sofrer. Depois [os jovens locais] disseram-nos que, para cavar pedra aqui [em Namanhumbir], tem de ser no período chuvoso. Então, nós ficámos à espera de chegar esse período. Porque [de acordo com os locais] não íamos sofrer tanto com as perseguições lá no mato [na mina]" (Deslocado, no centro de reassentamento de Nanhupo-B).

A falta de oportunidades e de acesso a recursos financeiros, e ausência de entidades nacionais que apoiem no desenvolvimento de pequenos negócios ou actividades económicas, levam os jovens locais para actividades de mineração ilegal:

"(...) Por exemplo, eu gostaria tanto de fazer aquilo que eu lá [em Muidumbe] fazia - tinha minha barraca; actualmente, estou de qualquer maneira e nem sei onde vou recuperar, isso porque não tenho qualquer suporte. Tento inclinar para este lado, não fico firme; tento para outro lado, pior. Não tenho a quem possa me suportar. Se existir alguém que consegue te suportar, é ali que consegues ficar de pé e firme, porque já sabes que o suporte vem daqui. Agora, sem nenhum suporte, quando tu caís, caís de uma vez por todas, porque não tenho alguém para me colocar de pé. Por isso, costumo pensar o seguinte: prefiro ir roubar ali [na mina] para poder conseguir alguma coisa para que possa levantar" (Deslocado do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

• **Caracterização dos deslocados que realizam garimpo**

Tratando-se de uma actividade clandestina, torna-se complicado quantificar o número de deslocados internos envolvidos directamente na extracção de pedras preciosas em Namanhumbir. Contudo, algumas evidências recolhidas no terreno, permitem aferir que o número é elevado:

Em primeiro lugar, pela visualização, durante o dia, de jovens deslocados (oriundos dos distritos de Muidumbe ou de Mocímboa da Praia), vestindo roupa empoeirada e empunhando pás e picaretas, instrumentos utilizados na exploração de pedras preciosas (figura 1), acompanhados por indivíduos locais, dirigindo-se para as zonas da concessão mineira.

Figura 1: Garimpeiros a caminho da área de concessão mineira, em Ujama - Namanhumbir



Foto: Jerry Maquenzi

Figura 2: Produção e manutenção de picaretas em Nanhupo - Namanhumbir



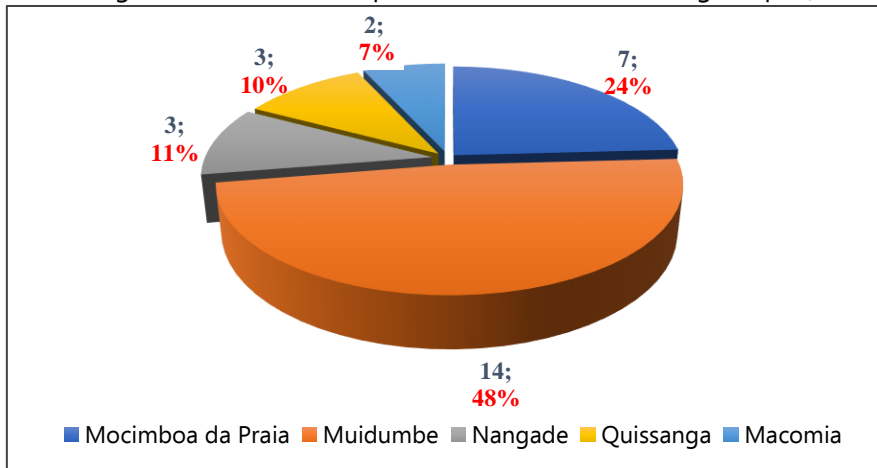
Foto: Jerry Maquenzi

Um segundo indicador de forte presença da actividade de mineração artesanal é a existência de vários locais de produção e manutenção de picaretas e instrumentos de trabalho utilizados no processo de escavação e extracção mineira. Os instrumentos são produzidos em locais visíveis e de fácil acesso (figura 2).

Um terceiro indicador é a presença de compradores informais no distrito de Montepuez e arredores da zona mineira, que estimulam a prática do garimpo ilegal. Tal como antes do conflito, notou-se a presença de garimpeiros estrangeiros, maioritariamente indivíduos tanzanianos.

Os 29 garimpeiros entrevistados que participaram no grupo focal vêm dos distritos localizados a Norte e Sudeste da província de Cabo Delgado, nomeadamente, Muidumbe (14), Mocimboa da Praia (7), Nangade (3), Quissanga (3) e Macomia (2).

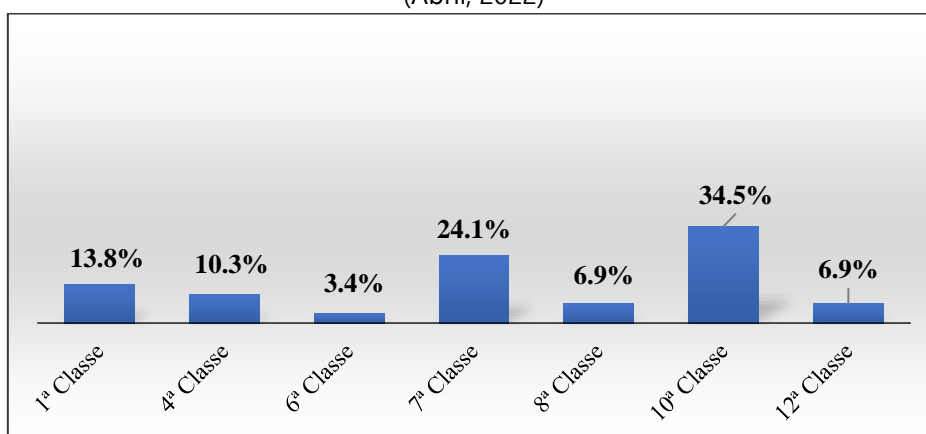
Gráfico 8: Origem dos deslocados que realizam actividades de garimpo (Abril, 2022)



• **Nível de Escolaridade e Ocupação Profissional dos Deslocados que Realizam o Garimpo**

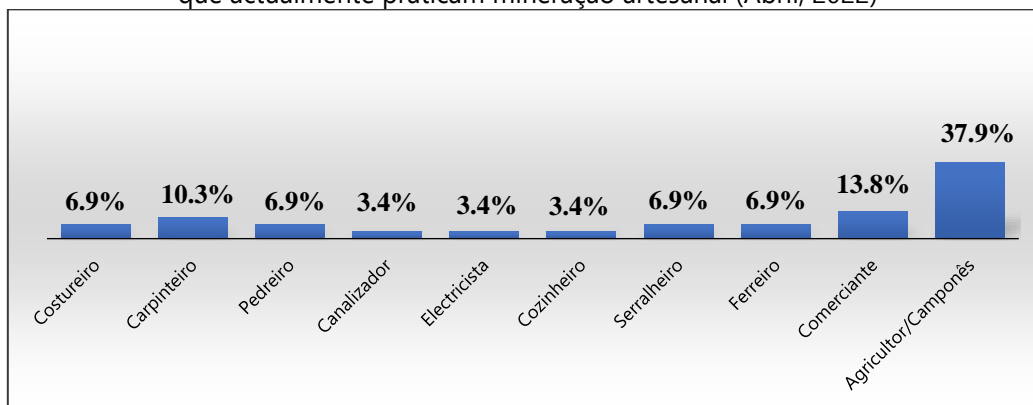
Relativamente ao nível de escolaridade, constata-se que 51,7% dos garimpeiros frequentaram o ensino primário (primeiro e segundo graus), ainda que grande parte não o tenha concluído. Importa destacar que mais de 40% dos garimpeiros concluiu pelo menos a 10ª classe, o que é revelador de níveis de escolaridade superiores à média provincial. De facto, de acordo com o Censo de 2017, apenas 7,6% da população de Cabo Delgado concluiu o ensino secundário do primeiro ciclo (10ª classe).

Gráfico 9: Nível de escolaridade dos deslocados que realizam actividade de garimpo (Abril, 2022)



Relativamente às actividades económicas realizadas no local de origem, constatou-se que a agricultura (37,9%) constituía a actividade predominante, seguindo-se o comércio (13,8%) e pequenos ofícios relacionados com a carpintaria (10,3%), ferragem, serralharia, costura e construção (6,9%). A não familiarização destes jovens com a mineração artesanal pode ser constatada através do cruzamento com dados de entrevistas informais. Segundo um comprador local, grande parte dos jovens deslocados oriundos da zona Norte da província estão pouco familiarizados com a actividade de mineração: “(...) *esses refugiados, principalmente os mwanis, andam a oferecer pedras [preciosas] aqui, não sabem nada*” (comerciante, 41 anos).

Gráfico 10: Actividade económica principal no local de origem, realizada pelos deslocados que actualmente praticam mineração artesanal (Abril, 2022)



5. A PRESSÃO SOBRE OS SISTEMAS DE SEGURANÇA: SABOTAGEM, CORRUPÇÃO E CONTINUAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Em virtude da extracção ilegal de pedras preciosas, que afectou as demonstrações financeiras da MRM, a empresa modernizou o sistema de segurança, incluindo torres de iluminação, câmaras de vigilância sem fio e segurança canina. De acordo com os relatos, nas matas continuam a existir indivíduos com catanas, alegadamente trabalhando para a empresa mineradora.

Apesar da existência de sistemas de segurança mais sofisticados, os garimpeiros ilegais continuam arriscando as suas vidas extraindo rubis na área concessionada à MRM. Para poderem entrar na área mineira, os garimpeiros revelaram que contactam alguns seguranças da empresa, que facilitam a sua entrada. De acordo com os entrevistados, os agentes de segurança que são destacados para o patrulhamento da área mineira encontram-se munidos de câmaras de segurança corporal, mas, quando articulados com os garimpeiros, desviam o foco de filmagem, não revelando a acção de extracção de pedras preciosas. Nem todos os garimpeiros conseguem contactar um agente de segurança ao serviço da MRM, enfrentando riscos, quer de agressão, quer de extorsão quando entram na área concessionada:

"(...) Antes de tu chegares lá, enfrentas algumas barreiras ao longo do caminho. Temos lá os 'anacatanas', eles podem-vos perseguir antes de entrarem lá na mina. Os vossos produtos podem [se] perder naquele lugar e, daí, vocês decidem voltar para casa [Sic]" (garimpeiro do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

"(...) e muitas das vezes eles nos dizem para não fugir, dizendo que só precisam de dinheiro. Nós fazemos as contribuições de 100 meticais por pessoa, entregamos e eles vão se embora [Sic]". (garimpeiros do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

"(...) Quando me apanharam, eles, de seguida, me perguntaram 'ó que trazes aí? Tens número [de telemóvel] do teu boss?' Eu respondi que não tinha número de nenhum boss, tenho somente 50 meticais. Então, eles levaram os 50 meticais e levaram também a minha lanterna e depois disseram-me 'vai embora, não vamos te prender' [Sic]" (garimpeiros do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

"(...) Eu também, já fui capturado. Saímos correndo, deixámos cair nossos instrumentos e me capturaram. Entraram nos meus bolsos e tiraram-me 200 meticais. Quando pretendia levar os meus instrumentos, eles me proibiram, depois saí e fui embora [Sic]" (garimpeiros do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

"(...) Lá, no mato, acontece o seguinte: tem os "anacatanas" e tem aqueles que andam com câmaras e, se te capturarem com ausência dos que tem câmaras, eles só pedem dinheiro [Sic]" (garimpeiros do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

A presença de diferentes tipos de segurança na área de mineração da MRM não interrompeu a extracção ilegal das pedras preciosas. Os garimpeiros passaram a subornar os seguranças com apoio dos compradores informais residentes nas aldeias mais próximas da área de mineração e da cidade de Montepuez. Garimpeiros nativos de Nanhupo referiram que os próprios garimpeiros ilegais são os primeiros a contactar os "bosses"⁴. Apresentam as estratégias que utilizam para

⁴ Como são designados localmente os compradores ilegais de pedras preciosas.

penetrar na área de mineração e cabe ao comprador informal aceitar, ou não, a estratégia proposta. Quando a proposta é viável, segue a entrega de um valor monetário para suprir as primeiras necessidades (produtos alimentares e transporte). Os garimpeiros deslocados entrevistados referiram que o material que utilizavam na extração de pedras preciosas era fornecido pelos compradores informais:

"(...) em outros momentos, os próprios compradores [de pedras preciosas] nos fornecem [o material de extração de pedras preciosas], mas com uma estreita relação com ele, no sentido de que, quando for capturado, ele possa intervir pagando ao polícia" (garimpeiros do centro de reassentamento de Nanhupo-B).

Em Junho de 2021, três polícias, três homens da empresa de segurança privada GardaWorld e um oficial de segurança da Montepuez Ruby Mining (MRM) foram condenados por trabalharem juntos para facilitar a mineração ilegal de rubis (Hanlon, 23.06.2021). Os três polícias foram condenados por facilitarem o acesso à área de concessão mineira por indivíduos de nacionalidade estrangeira, que tinham contratado garimpeiros locais, tendo pago 1,3 milhões de meticais aos seguranças em serviço. De acordo com alguns garimpeiros entrevistados, um dos estrangeiros obteve da venda cerca de 16 milhões de meticais.

Esta complexa realidade é reconhecida pelos próprios administradores da Mwiriti (a contraparte da Gemfields que forma a MRM). Segundo o administrador da Mwiriti, os compradores que incentivam o garimpo ilegal, nomeadamente tailandeses e outros estrangeiros *"estão em Montepuez e pagam dinheiro aos garimpeiros para penetrarem na área da empresa. Também pagam aos agentes da Polícia para guarnecerem a roubalheira"* (Carta de Moçambique, 03.03.2019)

A atitude de conivência de alguns seguranças da empresa coexiste com outras práticas mais rigorosas. Muitos garimpeiros apanhados na zona mineira são encaminhados para a esquadra mais próxima e três dias depois julgados, frequentemente cumprindo pena de prisão, que oscila entre 6 meses e 4 anos, com tendência progressiva por reincidência. De acordo com os relatos, antes do julgamento, agentes da polícia oferecem ao garimpeiro a possibilidade de pagamento de uma taxa de liberdade, variando entre 5.000 e 15.000 meticais. A situação complica-se quando os garimpeiros são detidos em grupo, pois nestes casos a soltura só é possível mediante o pagamento de suborno por parte de todos os elementos. O facto de grande parte dos detidos não ter estes valores monetários, conduziu a um aumento da população prisional no estabelecimento penitenciário de Montepuez e encaminhamento de muitos capturados para o estabelecimento penitenciário de Mize (distrito de Metuge).

Não obstante a redução da violência dentro da mina, registam-se casos de garimpeiros ilegais subterrados e agressões cometidas por agentes da PRM.

A implementação de um Mecanismo de Reclamação Operacional⁵ (OGM) enfrenta algumas dificuldades, relacionadas com o número de queixas depositadas⁶ (mais de 2.000), a morosidade da respectiva avaliação e a reduzida divulgação do desfecho desses processos, que concorrem para o desconhecimento por muitos indivíduos (especialmente deslocados, indivíduos idosos e crianças) sobre este mecanismo. Acrescem os desentendimentos entre o painel independente e a empresa acerca da responsabilidade dos actos cometidos pelos agentes do Estado na área de mineração ou dos mecanismos e valores de compensação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De 2009 a 2017, assistiu-se, em Namanhumbir, à penetração de grupos organizados e ilegais de exploração de pedras preciosas, que entraram em colisão com interesses de uma *joint venture* mineira, com maior capacidade de pressão junto do Governo central. Com a utilização dos recursos do Estado, verificou-se uma repressão violenta sobre os mineradores artesanais e comerciantes ilegais, numa estratégia concertada de expulsão das populações da zona mineira. A ruptura dessas redes económicas ilegais alimentou percepções de um Estado contra a população, que não deixaram de ser habilmente capitalizadas por grupos violentos. O agravamento de um conflito armado exerceu um efeito ricochete, desencadeando movimentos migratórios para o sul da província de Cabo Delgado. Não obstante a preocupação governamental de desviar as populações das áreas de mineração, milhares de deslocados concentraram-se em áreas próximas das zonas mineiras, aumentando a pressão sobre a Montepuez Ruby Mining.

Este texto demonstra a preocupação de assistência às populações deslocadas, por parte do Governo e da MRM, numa clara intenção de diminuição da tensão na zona, prevenindo o alastramento da insurgência para a região. No entanto, as acções de responsabilidade social da MRM beneficiaram um conjunto restrito de indivíduos, frequentemente de forma paliativa, continuando grande parte da população dependente da actividade agrícola, sem acesso à assistência técnica, financeira ou tecnológica. O desembolso dos fundos relativos aos 2,75% das receitas fiscais da actividade mineira não desencadearam transformações na estrutura económica.

Não obstante a menor densidade populacional verificada em Namanhumbir (pelo menos em comparação com Mapupulo, onde se concentrou a maior parte da população deslocada), muitas famílias continuam privadas do acesso a terrenos agrícolas e em situação de insegurança alimentar.

Neste cenário de pobreza, o garimpo constituiu uma solução de recorrência para muitos jovens deslocados, fomentado por comerciantes ilegais. O investimento em complexos sistemas de segurança foi contornado por práticas de suborno de agentes da vigilância da empresa. Os

⁵ Trata-se de um mecanismo de apresentação e gestão de reclamações das populações afectadas pela mineração. Este mecanismo resulta de um acordo extra-judicial entre a Gemfields e o escritório de advogados Leigh Day, na sequência da acção colocada em tribunal pelos segundos sobre os primeiros (Feijó e Maquenzi, 2019). O mecanismo é administrado em três níveis. O nível 1, está associado ao processo de reassentamento, no qual a MRM é responsável. O nível 2, debruça-se sobre queixas de violação de direitos humanos. O nível 3, compreende um painel independente que tem a responsabilidade de avaliar e validar as queixas e definir um determinado valor de compensação em função do caso.

⁶ Desde a sua implementação, o OGM já recolheu cerca de 2.000 casos de violação de direitos humanos, dos quais, cerca de 50 foram avaliados pelo painel independente, sendo que 20 casos já tiveram desfecho.

comerciantes ilegais continuam a actuar com a conivência de agentes da segurança privada e da segurança do Estado, exportando rubis através do aeroporto de Pemba, como denuncia o gestor de assuntos corporativos da MRM (Carta, 03.03.2019), alimentando suspeitas de financiamento de grupos violentos.

Esta situação foi responsável pela manutenção e reprodução de fenómenos de violência, de oportunismo e injustiça, patentes nas agressões a garimpeiros, a mortes por soterramento e extorsão de valores, protagonizados por seguranças da empresa e agentes do Estado. O mecanismo de reclamações que foi instituído revelou-se demasiado lento para atender a um elevado número de queixas, num cenário em que a Procuradoria-Geral da República se demitiu do seu papel. Para além de não cumprirem a sua função de protecção das populações e de promoção da justiça, os agentes do Estado assumem, inclusivamente, o papel de agressores.

RECOMENDAÇÕES

Neste contexto, a diminuição da conflitualidade e o aumento da pressão sobre o garimpo ilegal passa pela realização de um conjunto de reformas que incluem:

- 1) **Diversificação da economia e apoio à criação de pequenos negócios** para os jovens deslocados, ao nível da agricultura, pecuária, agro-transformação, transporte e serviços, através de assistência técnica e financeira;
- 2) **Aumento da percentagem das receitas fiscais da indústria extractiva a alocar às populações afectadas.**
- 3) **Apoio à constituição de associações locais, aumentando a respectiva capacidade de influência de políticas públicas favoráveis;**
- 4) **Investimento massivo na formação técnico-profissional**, estabelecendo parcerias com organizações religiosas e humanitárias;
- 5) **Atribuição de senhas mineiras e espaços de mineração**, incluindo em parceria com as empresas mineradoras, explorando as possibilidades existentes na Lei nº 20/2014 (Lei de Minas), respeitando o processo de Kimberley;
- 6) **Legalização de operadores de comercialização, explorando as possibilidades existentes no Decreto nº 25/2015 (regulamento de comercialização de diamantes, metais preciosos e gemas);**
- 7) **Promoção do acesso à justiça e aumento da capacitação dos tribunais e do judiciário**, incluindo a formação de agentes do Estado em matéria de respeito pelos direitos humanos;
- 8) **Reforço dos serviços de migração e fiscalização de imigrantes ilegais, assim como de operadores de comercialização ilegais.**
- 9) **Envolvimento de organizações da sociedade civil na resolução de conflitos**, incluindo na fiscalização da aplicação das receitas fiscais oriundas da exploração de recursos naturais, monitorização dos processos de reassentamento das populações afectadas pela guerra e de violações de direitos humanos;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUSA (14.01.2022) "Cabo Delgado: Mais de 120 mil alunos afetados por ataques em 2021" in *DW*, disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-mais-de-120-mil-alunos-afetados-por-ataques-em-2021/a-60426719>. consultado a 21/07/2022
- BALSAN, François. "Ancient Gold Routes of the Monomotapa Kingdom." *The Geographical Journal*, vol. 136, no. 2, 1970, pp. 240–46, <https://doi.org/10.2307/1796283>. Acesso a 19.12.2022
- BATA, E. J. (2014). *A Vulnerabilidade Socioambiental nas Áreas de Exploração das Pedras Preciosas e Semipreciosas nas Aldeias de Nanhupo e Nséue, em Namanhumbir, Distrito de Montepuez (Moçambique), no período de 2004 – 2011*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de Federal de Goiás. Jataí.
- CARTA (03.03.2019) "Rubis são exportados ilegalmente do país pelo Aeroporto de Pemba" in *Carta de Moçambique*, disponível em: <https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/1182-rubis-sao-exportados-ilegalmente-do-pais-pelo-aeroporto-de-pemba>. acesso a 07.07.2021.
- CIP. (2018). *Exploração de Rubi pela Montepuez Ruby Mining - Um Negócio Milionário com Fraco Contributo para Moçambique*. Maputo: Centro de Integridade Pública.
- DONDEYNE, S., NDUNGURU, E.; RAFAEL, P.; E BANNERMAN, J. (2009) "Artisanal mining in central Mozambique: Policy and Environmental issues of concern" in *Resources Policy* 34, pp.45-50.
- FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry;; SALITE, Daniela. e Kirshner, Jerry (2022) "Caracterização das Condições dos Deslocados Internos no Norte de Moçambique ao Longo do Ano de 2021" in *Observador Rural*, 127, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/08/OR-127-Characterizacao-das-condicoes-socioeconomicas-dos-deslocados-internos-no-norte-de-mocambique-ao-longo-do-ano-de-2021-1.pdf>, acesso a 19.12.2022.
- FEIJÓ, João (2018) "Corrida ao Ouro em Nhamizi – província de Tete" in *Destaque Rural*, 35, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Destaque-Rural-35.pdf>, acesso a 12.12.2022
- FEIJÓ, João e MAQUENZI, Jerry (2019) "Indemnizações em Namanhumbir: resolver conflitos com mais conflitos" in *Destaque Rural*, 72, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/DR-72-Indemniza%C3%A7%C3%B5es-em-Namanhumbir.pdf>, acesso a 12.12.2022.
- FEIJÓ, João, (2021) "Caracterização e Organização Social dos Machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas", in *Observador Rural*, 109, disponível em <https://omrmz.org/observador/or-109-caracterizacao-e-organizacao-social-dos-machababos/>, acesso a 19.12.2022.
- FEIJÓ, João; AGY, Aleia, e MAQUENZI, Jerry, (2021) "Dinâmicas e Desafios na Integração Socioeconómica de Populações Deslocadas" in *Destaque Rural*, 119, disponível em https://omrmz.org/destaque_rural/dr-119-dinamicas-e-desafios-na-integracao-socioeconomica-de-populacoes-deslocadas/, acesso a 19.12.2022.
- GEMFIELDS (2021a). *Ruby Auctions Results*. London. Disponível em: <https://www.gemfieldsgroup.com/ruby-auction-results/>. Consultado em 08.07.2021.
- GEMFIELDS (2021b). *Outlining the Operational Grievance Mechanism*. Disponível em: <https://www.gemfieldsgroup.com/assets/montepuez-ruby-mining-limitada/?upf=dl&id=11538>. Consultado em 09.08.2022
- GEMFIELDS (2022). *Record Ruby Auctions Results*. London. Disponível em: <https://www.gemfieldsgroup.com/record-ruby-auction-results-20-6-22/>. Consultado em 14.07.2022.
- HABIBE, Saíde; FORQUILHA, Salvador e PEREIRA, João, (2019) "Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocimboa da Praia" in *Cadernos IESE* n° 17/2019.
- HANLON, Joseph. (23.06.2021). *Mozambique News Reports & Clippings "552"*. Disponível em: https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Mozambique_552-23June21_Editor-prize_prison%2Bpolice-corruption_negotiate.pdf. Consultado a 24.06.2021.
- INE, (2017), Dados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação - IV RGPH 2017. Instituto Nacional de Estatística. Maputo.

- JÚNIOR, António; IBRAIMO, Momade e MOSCA, João (2016) "Exploração artesanal de ouro em Manica" in *Observador Rural*, 38, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-38.pdf>, acesso a 12.12.2022.
- LEIGH DAY (05.12.2019), *O trabalho do Escritório Leigh Day no Caso Gemfields*. London.
- MAQUENZI, Jerry e FEIJÓ, João (2019) "A maldição dos recursos naturais – mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir" in *Observador Rural*, 75, disponível em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-75.pdf>, acesso a 12.12.2022.
- MAQUENZI, Jerry, (2019), *Pobreza e Desigualdades em Zonas de Penetração de Grandes Projectos: Estudo de Caso em Namanhumbir – Cabo Delgado*. Observador Rural nº 77. Observatório do Meio Rural. Agosto. Maputo.
- MATE, Rui (2021) "Quem são os senhores das licenças de exploração mineira em Cabo Delgado?" in *CIP Indústria Extractiva*, 10, disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/licenc%CC%A7as-de-explorac%CC%A7a%CC%83o-mineira-.pdf>, acesso a 19.12.2022.
- MEF, (2016). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional*. Ministério de Economia e Finanças. Maputo.
- MICOA (2007) *Em busca do ouro – garimpo e desenvolvimento sustentável, uma difícil conciliação?* Centro de Desenvolvimento Sustentável.
- MORIER-GENOUD, Eric (2021) *A Insurgência Jihadi em Moçambique: Origens, Natureza e Início*. Cadernos IESE nº 21/2021.
- NEWITT, Malyn (1995), *História de Moçambique*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- NOTÍCIAS (21.04.2017) "Quatro mil Garimpeiros Expulsos de Namanhumbir" in *Jornal Notícias*. disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/provincia-emfoco/66802-quatro-mil-garimpeiros-expulsos-de->, consultado a 02.07.2021.
- O PAÍS (11.09.2018) "Garimpeiros voltam a pilhar minas em Namanhumbir" in *O País Online*, disponível em: <http://opais.sapo.mz/garimpeiros-voltam-a-pilhar-minas-emnamanhumbir>, acesso a 02.07. 2021.
- OIM, (26.03.2022), *Northern Mozambique Crisis - Baseline Assessment Dataset Round 15 - Public Dataset*. Disponível em: <https://displacement.iom.int/datasets/northern-mozambique-crisis-baseline-assessment-dataset-round-15-public-dataset>. Consultado a 19/07/2022.
- RANTALA, Janne (2022) "Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique", disponível em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf>, consultado a 09.12.2022.
- RANTALA, Janne e ALI, Talassamo (2022) "Mineração de Ouro artesanal: de operações clandestinas para uma contribuição para o desenvolvimento local?" in IDEIAS, 149P, disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/12/Ideias-149P-JR_TA.pdf, acesso a 08.12.2022.
- SELEMANE, Tomás (2010) *Questões à volta da Mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*. Maputo: Centro de Integridade Pública.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Ano	Título	Autor(es)	Ano
133	Os espaços de participação e de exercício da cidadania, na voz de líderes associativos da província de Cabo Delgado	João Feijó	Janeiro de 2023
132	Desafios e oportunidades na produção orizícola no baixo Zambeze: O caso da província da Zambézia	Nelson Capaina	Novembro de 2022
131	Acesso e alocação de terras para além dos grandes investimentos: O papel das elites políticas e económicas em Boane	Josefina Tamele	Outubro de 2022
130	Produção Agrícola e Empoderamento de Mulheres em Contextos Rurais: análise do projecto AgriMulheres em três povoados da província de Nampula (2018- 2021)	Neuza Balane e João Feijó	Setembro de 2022
129	Modelos de desenvolvimento agrícola em Moçambique	Yara Nova e Rui Rosário	Setembro de 2022
128	Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde	Natacha Bruna	Agosto de 2022
127	Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no Norte de Moçambique ao longo do ano de 2021	João Feijó, Jerry Maquenzi, Daniela Salite e Joshua Kirshner	Agosto de 2022
126	Dinâmicas de inovação tecnológica dos pequenos produtores agrícolas em Moçambique - o caso da produção de soja no Gurué, Alta Zambézia	Rui Rosário, Yara Nova e Naldo Horta	Julho de 2022
125	Terra da abundância, terra da miséria. Usurpação sinérgica de recursos em Massingir	Natacha Bruna	Junho de 2022
124	Dinâmicas na produção agrícola no vale do Limpopo: o caso do arroz	Nelson Capaina	Maior de 2022
123	Efeitos das mudanças climáticas nos sistemas de produção em Moçambique: Implicações para a segurança alimentar	Máriam Abbas	Abril de 2022
122	Evolução dos Preços dos Bens Alimentares (2021)	Yara Nova e Jonas Mbiza	Março de 2022
121	Ingredientes para uma revolta de jovens - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas	João Feijó, Jerry Maquenzi e Aleia Rachide Agy	Fevereiro de 2022
120	Caminhos para a segurança alimentar em moçambique: Uma abordagem de sistemas de produção	Máriam Abbas	Janeiro de 2022
119	A configuração da estrutura económica de Manica e Sofala e processos de resistência à colonização	Janete Cravino	Julho de 2021
118	Caracterização socioeconómica da zona centro de Moçambique. Enfoque no corredor da Beira	João Mosca	Julho de 2021
117	Cobertura Florestal em Moçambique	Mélica Chandamela	Julho de 2021
116	Processos administrativos e práticas na titulação da terra em Moçambique: O caso dos municípios de Maputo e Matola	Nelson Capaina	Junho de 2021
115	Mudanças nos padrões tradicionais de exploração da terra e do trabalho: O caso da açucareira de Xinavane	Joana Manuel Matusse Joaquim, João Mosca, Ana Sampaio	Junho de 2021
114	O papel das mulheres no conflito em Cabo delgado: entendendo ciclos viciosos da violência	João Feijó	Maior de 2021

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link:

<https://omrmz.org/observador-rural/>

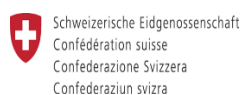


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar

Maputo – Moçambique

www.omrmz.org